

Introdução

(quase um prefácio)

Fernando Henrique Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. Introdução: (quase um prefácio). In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade e política no Brasil pós-64 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 2-7. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Introdução (quase um prefácio)

Fernando Henrique Cardoso

Existem momentos nos quais, quase à revelia da consciência, o pensamento social registra uma mutação. Parece que isto ocorreu no Brasil. De repente, depois de anos de crítica ao autoritarismo, à exclusão social e à exploração econômica da maioria da população, os textos dos cientistas sociais começam a falar do "novo".

Obviamente, a dura crítica feita ao "modelo de crescimento dependente associado", aos efeitos sociais perversos do "capitalismo selvagem", à concentração exponencial da renda — enfim à ordem vigente — não foi descabida, nem em vão. Ela constitui um exemplo de como pôde a intelectualidade brasileira buscar padrões de integridade intelectual e política em plena vigência de um regime autoritário. Mas é, hoje, insuficiente.

Os textos que este livro reúne são os produtos de um outro tipo de situação e de preocupação. No fundo, o que eles dizem é que, a despeito de tudo, deu-se, como escrevi acima, uma mutação na sociedade e na forma de atuação dos grupos, classes e movimentos que lhe dão vida. Mutações não implicam juízo de valor: não se discute aqui se "antes" (de 1964) da urbanização acelerada? da nova industrialização?) era melhor ou pior. Se o futuro será cheio de ventura ou não. E é este o encanto do livro: ele constata, aponta tendências, reconhece transformações e, vez por outra, desilude os

que pensam que toda mudança estrutural aponta para a esperança.

Mas não há dúvida: o país não é mais o mesmo. Da fenomenologia crítica das fases do autoritarismo, feita por Carlos Estevam Martins e Sebastião Cruz, à análise das mudanças dos padrões de produção intelectual feita por Otávio Velho, não fica pedra sobre pedra da herança relativa à anterior visão do Brasil.

No cerne deste processo (do ângulo sociológico, pois o livro não trata da economia) estão as grandes mudanças na estrutura social: a urbanização e o sistema de empregos, como as descreve Vilmar Faria. E o livro reconhece o que custou mais a aceitar: a estrutura agrária também mudou. Capitalizou-se a economia; a grande unidade de produção exerce seus efeitos; a nova tecnologia afeta o modo de os homens produzirem e se relacionarem, como Sorj e Wilkinson o demonstra.

Nada disso é tão novo assim, dir-se-á. Por certo. E na década anterior o mesmo Faria, no que diz respeito às cidades, Brandão Lopes e Caldeira Brant (para limitar-me a exemplos de autores próximos à tradição intelectual dos escritores desta antologia) já haviam apontado as grandes transformações estruturais.

É verdade. Eu próprio andei sempre tentado — pretensão confessada é melhor do que modéstia encobridora de desvarios de auto-imagem — a escrever um livro com o título de Grande Indústria e Favela, para descrever a nova sociedade. Mas o que é próprio desta antologia é ser uma espécie de "Plataforma da Nova Geração". Não é um autor quem sintetiza; são vários que, sem plano adrede, martelam

na mesma tecla. Não é só a descoberta do novo: é a generalização de sua consciência.

Certamente, pelas revistas de ciências sociais deste Brasil afora, ou nas centenas de papers que os congressos e reuniões científicas produzem, ver-se-ão as mil facetas da nova realidade. Em alguns setores, o novo rebenta com mais impacto. Às vezes ele vem revestido de um referencial erudito que quase o esconde, como no trabalho de Fábio Wanderley sobre o eleitorado e os partidos. Mas é só arrancar o véu do especialista para ver o ponto marcado: mesmo em pleno regime autoritário (pasmem!) prosseguiu o processo de formação da cidadania; os partidos impostos, sem deixarem de sê-lo, acabam por ter algo a ver com partidos, no sentido de permitir uma escolha, um corte político, do eleitorado. Tal como Bolívar Lamounier e eu próprio, em outros trabalhos (e alguns outros mais) insinuamos, ou dissemos. Conta menos a verificação relativa à desinformação da massa, do que a outra: a de que, apesar disso, os partidos se constituem.

Com menos espanto, o leitor verá que Dreifuss e Dulci escalpelam sem preconceitos o papel das Forças Armadas na política brasileira. Menos espanto porque Dreifuss já havia passado o bisturi no tumor do golpe de 1964. Expõe, agora, as mazelas de uma instituição que por sua doutrina nova encalhou na política e dela parece não poder sair até que venha à tona a discussão crucial: qual é o papel razoável e legítimo das Forças Armadas num país como o nosso? Os autores insinuam que há um movimento no pensamento

militar que busca consonância com a atual fase de abertura política. Haverá a contrapartida de um pensamento político capaz de devolver sentido e limite à presença militar na sociedade? Até que ponto a relação entre Forças Armadas e sistema produtivo, por um lado, e entre elas e a vida política, por outro (via SNI), coloca limites à democratização em curso? Terão os políticos e os militares capacidade — e força — para redefinir tudo isso?

É óbvio que nesta altura a reflexão sobre o "novo" raspa o fundo do poço. Mudou a estrutura da sociedade; mudaram as relações entre os homens, pois também é outro o modo de produzir. Teriam mudado suficientemente as instituições e os comportamentos coletivos?

Os capítulos escritos por Maria Hermínia Tavares e Ruth Cardoso vão direto a esta questão. O "novo sindicalismo" e os "movimentos sociais urbanos" são aqui examinados com propriedade, fazendo avançar a interpretação. Num e noutro caso reconhece-se que houve a referida mutação; mas sem ilusões. Nem o novo sindicalismo quebrou a estrutura sindical herdada do Estado Novo, nem os movimentos sociais são suficientemente fortes para reformar o Estado e revivificar os partidos. Mas ambos criam novos atores, instauram novo discurso ideológico e abrem novos espaços de participação. Eis aí a questão. Ela é, aliás, dupla: o "novo" se imbrica num contexto antigo sem o revolucionar. E ao mesmo tempo se especifica. Explico-me: é certo que os movimentos sociais urbanos brasileiros têm algo de semelhante ao grass-root movimento

americano. A luta pela negociação direta entre trabalhadores e patrões também lembra a América. Mas não são a mesma coisa. Não apenas porque o contexto é outro, mas porque cultural e politicamente estas formas de mobilização criam dimensões distintas das que prevalecem na América ou nos países altamente industrializados da Europa. É este o cerne da temática teórica do "novo Brasil". A estrutura da sociedade, a forma de movimentos sociais e os valores que norteiam a ação (todas processando-se no contexto do "desenvolvimento dependente associado") têm muito em comum com o que ocorre nas sociedades altamente industrializadas de democracia avançada. Mas não são a mesma coisa. Por quê? De pouco valeria referir apenas à "herança histórica" ou aos traços restantes do passado "colonial-exportador". E é nisto que os capítulos deste livro inovam: eles tratam os diversos aspectos da sociedade brasileira em sua singularidade; esta não consiste apenas no reconhecimento de influências culturais externas no fogo brando da tradição brasileira, nem na refração de um raio laser convergente que homogeneiza todas as sociedades pelas virtudes da comum industrialização. Por certo, estes fenômenos existem. Mas o que conta como desafio é a conceituação no plano positivo de uma estrutura nova e definitiva. Estrutura que não é um "fenômeno discreto", apenas brasileiro, pois existe com força de legalidade própria nas outras sociedades que se estão industrializando na periferia. O desafio é tentador. Nas páginas deste livro a outra grande questão (ao lado da forma da estrutura da sociedade, das classes), a

questão do Estado, é tratada apenas indiretamente, nos capítulos sobre as Forças Armadas, os sindicatos e os movimentos sociais. Mas basta para exemplificar o mesmo tema: é preciso encontrar a "positividade" da perspectiva de análise do Estado e de seu emaranhado na nova sociedade. Não é suficiente analisar por referência às formas estatais antigas prevalecentes nos países dependentes ou às formas modernas, prevalecentes nos países altamente industrializados. Existe um blend específico que tem de ser caracterizado em si mesmo, embora ele exista também como refração.

É esta dialética — sem finalismos e sem o agente privilegiado da História a dar-lhe substância — que precisa ser recuperada. E é nesta direção que este livro se orienta. Talvez sem o fazer completamente e sem que cada página dele reflita o movimento metodológico que assinala. Mas com força e criatividade.

São Paulo, 7 de fevereiro de 1983